



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

Processo n.º: 00600-00000439/2020-16e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

Assunto: Representação

Ementa: Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF, de lavra da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. Análise de admissibilidade da representação. Unidade instrutiva propõe: não conhecer da Representação n.º 12/2020-CF, tendo em vista o não atendimento do requisito constante do art. 230, § 2º, inciso III, do RI/TCDF, uma vez que não foram apresentados os indícios de irregularidade relativos à Dispensa de Licitação n.º 03/2020 – SES/DF; e autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para fins de arquivamento. Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM, com amparo no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/1993 e no art. 277 do RI/TCDF, de forma divergente à instrução, no sentido de: tomar conhecimento da Representação n.º 12/2020-CF, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF e com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993; denegar o pedido de medida cautelar requerido na exordial, ante a ausência de plausibilidade jurídica e de perigo da demora, bem como da presença de perigo de dano reverso; fixar prazo de 5 (cinco) dias, com fundamento nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, para que (i) a SES/DF manifeste-se sobre os fatos representados e disponibilize acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43 e (ii) a empresa BRB Serviços S/A., caso queira, apresente suas considerações acerca da representação, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa; dar ciência deste despacho singular à signatária da exordial; e autorizar o envio de cópia da Representação n.º 12/2020-CF e deste despacho singular aos envolvidos, a fim de auxiliar suas manifestações, e o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para manifestação acerca do mérito da exordial, em caráter urgente e prioritário. **Nesta fase:** submissão do feito ao Plenário, para ratificação do Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM.

Fundamento legal para não inclusão em pauta: art. 116, § 5º, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF.

RELATÓRIO

Tratam os autos da Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF, de lavra da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF (e-DOC 84575837-e).

O Diretor da 3ª Divisão de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – 3ª Diasp/TCDF, mediante a **Informação n.º 22/2020 – DIASP3** (e-DOC C89DBF9C-e), inicialmente contextualizou o teor da Representação n.º 12/2020-CF, assim:

“Trata-se de Representação, com pedido cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF – MPJTCDF, acerca de dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF.

2. *Por meio da Exordial, noticiou-se a publicação da ratificação da Dispensa de Licitação 03/2020, relativa à citada contratação, no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF 45-A, de 02.04.20, Edição Extra.*

3. *Extraí-se que foi contratada a empresa BRB Serviços, no valor R\$ 10,8 milhões, pelo prazo de até 180 dias, e que a contratação está contida no Processo SEI 00060- 00109204/2020-43.*

4. *Ressaltou-se que os mencionados serviços estariam sob a responsabilidade da Diretoria de Assistência Farmacêutica - DIASF e apresentaram-se as principais características da prestação desses serviços, com base em matérias jornalísticas do Portal G1, notadamente que:*

- a) os serviços são prestados por 3 Farmácias de Alto Custo (Asa Sul, Ceilândia e Gama);*
- b) o atendimento aos usuários do DF é feito pelo número 160, opção 3, ao passo que, para usuários de fora do DF, o deve-se utilizar o telefone 0800 644 0160;*
- c) a retirada do remédio nas unidades depende da apresentação de documento de identificação com foto e da receita original, e, no caso de medicamentos termossensíveis, é preciso levar um recipiente térmico com gelo;*
- d) em face da pandemia, os usuários que fazem parte dos grupos de risco para a Covid-19 – idosos, crianças, gestantes, imunodeprimidos, transplantados e portadores de doenças respiratórias – poderão cadastrar até 05 pessoas por paciente, para fazer a retirada dos medicamentos em seu lugar.*

5. *Em seguida, destacou-se que os serviços em tela “compreendem atividade especializada consoante a Portaria 187/15-SES e que devem envolver a Ética e Anamnese farmacêutica, por exemplo”.*

6. *Noutro passo, destacou-se que a empresa BRB Serviços é atual denominação da antiga BSB Administradora de Ativos S/A,*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

“uma empresa do Banco de Brasília S/A - BRB, especializada na prestação de serviços de Cobrança Extrajudicial, Contact Center e Tecnologia da Informação e Comunicação a órgãos e empresas públicas e privadas”. Assim, alegou-se possível divergência entre o objeto do mencionado contrato e as atividades desempenhadas pela BRB Serviços.

7. Em seguida, destacou-se a importância de a SES/DF esclarecer o motivo de a Pasta “não conseguir atender a demanda nas suas Farmácias de Alto Custo, mediante agendamento, visto que, como se sabe, os serviços essenciais foram mantidos, nesse período de calamidade, etc.”

8. Outrossim, foram ressaltadas iniciativas governamentais na busca de serviços gratuitos ou de menor custo, tendo sido citadas, em notas de rodapé, as seguintes iniciativas:

a) o Governo do Estado do Rio de Janeiro decidiu firmar parceria com as operadoras de telefonia móvel para a prestação de serviços de central telefônica para atendimento sobre a Covid-19 e remessa de SMS, de forma gratuita, embora, inicialmente, se tivesse tentado realizar contratação no valor de R\$ 10 milhões para o mesmo objeto;

b) a Caixa Econômica Federal estaria investindo R\$ 250 mil no desenvolvimento de aplicativo que usado para pagamento do “coronavoucher”¹, como anunciado pela imprensa.

9. Destacou-se que “todas as contratações efetivadas no período de emergência devem estar atreladas, ainda, à legalidade e à economicidade”, sobretudo porque a CLDF, ao aprovar a situação de calamidade no DF, havia reconhecido que a receita de impostos sofreria forte decréscimo, “de maneira que a utilização dos recursos públicos deve ser direcionada para a máxima eficiência”.

10. Por fim requereu ao Tribunal:

a) a concessão de medida cautelar para suspensão de qualquer pagamento alusivo à referida contratação;

b) a solicitação de cópia dos autos à SES/DF com audiência do seu Titular, em 05 (cinco) dias úteis, para que apresente esclarecimentos a respeito da referida contratação, inclusive justificativa de preço.”

Na sequência, os requisitos de admissibilidade da Representação n.º 12/2020-CF foram examinados conforme tabelas a seguir:

2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE		
Todos os legitimados devem atender aos seguintes requisitos:	S/N/NA	Observação:
2.2.1 - A representação trouxe caracterização circunstanciada da situação (inciso I do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	
2.2.2 - A representação foi redigida em linguagem clara e objetiva (inciso II do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	

¹ Auxílio emergencial, no valor de R\$ 600,00, durante o período de 3 meses, aos cidadãos que atenderem aos requisitos da Lei Federal 13982/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

2.2.3 - A representação está acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificada, apresentando, sempre que possível, a indicação dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido (inciso III do §2º do art. 230 do RITCDF)?	NÃO	A Representação se limita a noticiar contratação realizada pela SES com fundamento na Lei 13.979/2020, sem apresentar os indícios de irregularidade.
2.2.4 - A representação tem enquadramento da matéria nas competências do Tribunal (inciso IV do § 2º do art. 230 do RITCDF)?	SIM	A fiscalização é de competência deste Tribunal, conforme art. 1º, inciso V, alínea "d", da Lei Complementar 1/94 – Lei Orgânica do TCDF².
2.2.5 – As informações trazidas apresentam verossimilhança com os fatos representados (Inc. I, §6º do art. 230 do RITCDF)	SIM	

² Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:

(...)

V – realizar, por iniciativa própria, da Câmara Legislativa ou de alguma de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público e administração indireta:

(...)

d) das concessões, cessões, doações, permissões e contratos de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, e das subvenções sociais ou econômicas, dos auxílios, contribuições e doações;

3. ANÁLISE PRELIMINAR DA ADMISSIBILIDADE:		
Requisitos	S/N/NA	Motivação para Negativa da Admissibilidade
3.1 - O Representante é legitimado?	SIM	
3.2 - A Representação atende a todos os requisitos de admissibilidade?	NÃO	
3.3 - Há necessidade de apresentação de esclarecimentos por parte da jurisdicionada ou interessado, conforme § 7º art. 230?	NÃO	
3.4 – Há pedido de cautelar nos termos do art. 277 do RITCDF?	SIM	

Ao final, o Diretor da 3ª Diasp/TCDF lançou as seguintes conclusões acerca da matéria:

“A Representação 12/2020-CF (Peça 3, e-DOC 84575837), com pedido cautelar, trata da Dispensa de Licitação 03/2020, relativa à contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF. O extrato de ratificação da mencionada dispensa consta do DODF 45-A, de 02.04.20, Edição Extra, pág. 1.

2. Inicialmente, ressalta-se que, por meio de busca na página da SES/DF na internet², identificou-se que já foi celebrado o contrato decorrente da mencionada dispensa: Contrato 63/2020.

3. Voltando-se à Exordial, observa-se que, com base em matéria jornalística de 02.03.20, o Parquet descreveu como os serviços das Farmácias de Alto Custo são prestados. Da descrição realizada, chama a atenção o seguinte trecho:

² <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/07/Presta%C3%A7%C3%A3o-de-Contas-COVID-19.pdf>, acesso em 13.04.20.



*Para **retirar o remédio nas unidades**, é preciso apresentar documento de identificação com foto e a receita original. Para medicamentos termossensíveis, é preciso levar um recipiente térmico com gelo*

4. Ademais, com base em outra reportagem, de mesma data, indicou-se que os usuários que fazem parte do grupo de risco para Covid-19 poderiam cadastrar até 5 pessoas para retirar os medicamentos em seu lugar.

5. Dessa forma, a contratação objeto da Exordial fora questionada por contemplar atividade especializada (na área de Farmácia), requerendo-se que a SES/DF justifique o motivo de não se conseguir atender a demanda nas suas Farmácias de Alto Custo, a despeito de os serviços essenciais terem sido mantidos.

6. Nesse passo, destaca-se que o objeto da contratação envolve “**agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos**”.

7. Contudo, extrai-se da Representação que a retirada de remédios pelos pacientes (ou pelas pessoas por ele indicadas) era feita de forma presencial. Infere-se, portanto, que a citada contratação tem como objetivo alterar a forma de prestação dos serviços aos usuários, dispensando a presença física dos usuários nas farmácias. Com efeito, o objeto do contrato envolve entrega em domicílio, motivo pelo qual se previu a contratação de pessoal para separação e transporte dos medicamentos.

8. Assim, não foram apresentados indícios de que a SES/DF não esteja conseguindo atender à demanda, haja vista que a contratação, como ressaltado, envolve serviços que não eram prestados anteriormente.

9. Ressalta-se que a atividade objeto do contrato, em uma análise superficial, é restrita (similar a um delivery) e de maneira alguma substitui as competências técnicas do pessoal especializado das Farmácias de Alto Custo – ou ainda, não foram apresentados indícios de que tal irregularidade esteja ocorrendo.

10. Nesse sentido, questionou-se a execução das atividades contratadas pela empresa BRB Serviços, haja vista que esta seria especializada em “cobrança extrajudicial, contact center e tecnologia da informação e comunicação”. Contudo, não se mostra razoável avaliar a pertinência da contratação apenas pelas atividades que a empresa seria especializada, ainda que essa informação conste de seu site oficial. A pertinência da contratação deve ser avaliada com base no Estatuto Social da empresa. Nesse sentido, observe-se o que o referido documento³ estabelece

Art. 4º A Empresa tem por objeto social exercer as seguintes atividades:

(...)

IX - Prestar serviços de:

³ Disponível em: <https://www.brbservicos.com.br/institucional/estatuto-social>, acesso em 13.04.20.



(...)

f) **suporte e operação de serviços de suprimento, transporte multimodal de itens afetos ao objeto da Companhia;**

g) **apoio logístico**, gestão e execução de atividades inerentes aos serviços de operação bancária e **de outros segmentos;**

XI – cessão de mão-de-obra; (Destacou-se).

11. Como se observa, os serviços de transporte multimodal de itens, com fornecimento de mão de obra, encontram respaldo no Estatuto Social da empresa.

12. Outrossim, a pertinência dos serviços em questão para a realidade enfrentada não só pelo Distrito Federal, como também pelo Mundo, é patente. Com efeito, evitar o trânsito dos usuários que necessitam de fármacos de alto custo, ou mesmo de seus mandatários, é medida razoável, em face do risco de espalhamento do novo Coronavírus, sobretudo para a parcela de usuários que faz parte do grupo de risco para a Covid-19.

13. Noutro passo, foi ressaltado que outras Unidades da Federação têm buscado serviços gratuitos ou com o menor custo possível para a aquisição de bens e serviços necessários ao enfrentamento da pandemia. Citou-se, assim, serviço de central telefônica contratado pelo Estado do Rio de Janeiro, para atendimento sobre a Covid-19 e remessa de SMS. Porém, o intuito da contratação Distrital difere do realizado pelo estado fluminense, sobretudo em função dos serviços de entrega em domicílio.

14. Quanto ao serviços prestados pela Caixa, em montante de R\$ 250 mil, não há qualquer pertinência com o objeto do Contrato 63/2020.

15. Ressalte-se que cabe ao Gestor Público ofertar serviços necessários à população com o menor custo possível. Assim, se existirem alternativas mais econômicas para a prestação dos serviços em tela, ou até gratuitas, a escolha do gestor deve recair necessariamente sobre essa alternativa. Contudo, os casos apontados pelo Parquet não possuem relação com o objeto contratado. Ademais, não se apontaram indícios de sobrepreço, alternativas de contratação, nem irregularidades na dispensa de licitação, fundada na Lei 13.979/2020.

16. Não se pode negar que o montante de recursos é expressivo e que a contratação foi feita mediante dispensa de licitação, mas esses fatos, isoladamente, não representam qualquer irregularidade.

17. Portanto, entende-se que a Exordial não deve ser conhecida pelo Plenário, haja vista o não preenchimento do requisito de admissibilidade previstos no art. 230, §2º, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal - RI/TCDF.

18. Ressalta-se que tal encaminhamento **não atesta a regularidade da contratação**, nem significa que o mencionado contrato necessariamente deixará de ser analisado pela Corte. Como é sabido, as atividades de acompanhamento da Corte envolvem a análise de ofício de contratos selecionados por meio de amostragem,



conforme previsão do art. 5º da Resolução-TCDF 289/2016, in verbis:

*Art. 5º A definição de **quais contratos deverão ser autuados**, considerando a previsão quantitativa mensal indicada no PSA, recairá sobre **amostragem**, obtida mediante acompanhamento do Diário Oficial do DF, de dispensas e inexigibilidades de licitação, bem assim de adesões a atas de registro de preços, cujos valores sejam iguais ou superiores a seis vezes os limites previstos no art. 23, inciso I, "c", e inciso II, "c", da Lei nº 8.666/93.*

19. Ademais, ressalte-se que se encontra em elaboração, na Segecex, Plano de Ação com vistas à definição de estratégia de controle dos gastos relacionados ao combate à pandemia do coronavírus⁴. Dessa forma, o ajuste em questão pode vir a ser objeto de futura fiscalização, baseada em critérios de relevância, materialidade e risco.

20. Por fim, considerando a proposta de não conhecimento da Representação, não há necessidade de deliberação acerca da cautelar requerida pelo Parquet, que visa suspender os pagamentos da contratação sobre a qual não foram apresentados indícios de irregularidade." (grifos do original)

Diante do exposto, sugeriu-se ao eg. Plenário:

- "I. não conhecer da Representação 12/2020-CF, formulada pela Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (Peça 3, e-DOC 84575837), tendo em vista o não atendimento do requisito constante do art. 230, §2º, III, do Regimento Interno do TCDF, uma vez que não foram apresentados os indícios de irregularidade relativos à Dispensa de Licitação 03/2020, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal;*
- II. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública, para fins de arquivamento."*

As sugestões formuladas mereceram a concordância do titular da Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF (e-DOC 81ACB08A-e).

Os autos ingressaram em meu Gabinete às 20h08 do dia 15.04.2020 (ontem).

Ao compulsar os autos, constatei que a presente fase processual trata do **exame de admissibilidade da Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar**, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

⁴ <https://intranet.tc.df.gov.br/blog/2020/04/09/gastos-do-gdf-durante-pandemia-serao-alvo-defiscalizacao-especial-pelo-tcdf/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Tendo em conta que a representação contemplava pedido de liminar e diante da urgência da matéria, caberia ao Relator do feito realizar o exame de admissibilidade da referida exordial, com fulcro no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, transcrito a seguir:

“Art. 40. O Conselheiro Relator presidirá a instrução do processo, determinando, mediante despacho singular, por sua ação própria e direta, ou por provocação do órgão de instrução ou do Ministério Público, a adoção das providências consideradas necessárias ao saneamento dos autos, fixando prazo, na forma estabelecida no Regimento Interno, para o atendimento das diligências, após o que submeterá o feito ao Plenário ou à Câmara respectiva para decisão de mérito.” (destaquei)

Em razão disso, manifestei-me por intermédio do **Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM** (e-DOC 8B52B42D-e), de 16.04.2020, da seguinte forma:

“Nesta oportunidade, a área instrutiva propõe ao Tribunal: não conhecer da Representação n.º 12/2020-CF, tendo em vista o não atendimento do requisito constante do art. 230, § 2º, inciso III, do RI/TCDF, uma vez que não foram apresentados os indícios de irregularidade relativos à Dispensa de Licitação n.º 03/2020 – SES/DF; e autorizar o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para fins de arquivamento.

Ao compulsar os autos, com as devidas vênias aos entendimentos contrários, tenho que o encaminhamento proposto pela Seasp/TCDF não merece prosperar.

*No tocante à **admissibilidade da Representação n.º 12/2020-CF**, considero que a aludida exordial deve ser conhecida, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF e com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993.*

*Destaco que, ao contrário do alegado pela 3ª Diasp/TCDF, há indício de irregularidade na elaboração/processamento da dispensa de licitação deflagrada pela SES/DF, com fundamento no art. 4º⁵ da Lei n.º 13.979/2020⁶, que culminou na celebração do Contrato n.º 063/2020-SES/DF⁷, com a empresa BRB SERVIÇOS S/A., no valor de **R\$ 10.815.750,36**, para um período de 180 dias.*

⁵ “Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)”

⁶ Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

⁷ Extrato do Contrato nº 063/2020-SES/DF:

“Espécie: Contrato nº 063/2020-SES/DF. SIGGO: 40838. Partes: DISTRITO FEDERAL, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL e a empresa BRB SERVIÇOS S/A, inscrita no CNPJ nº 12.857.569/0001-80. Objeto: Contratação emergencial (por 180 dias, improrrogáveis) de central telefônica ativa e receptiva para atendimento aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado - NFCE (farmácias de Alto Custo) da GCEAF/DIASF/SESDF, contemplando agendamento, entregas de medicamentos em domicílio e fornecimento de mão de obra especializada de nível médio para atividades relacionadas à separação e transporte dos medicamentos, de acordo com a legislação sanitária vigente. Vigência: ATÉ 180 (cento e oitenta) dias corridos, por se tratar de CONTRATAÇÃO por Dispensa de Licitação, enquadrando-se no artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 13.979/2020. Do Valor: O valor total do Contrato é de **R\$ 10.815.750,36** (dez milhões, oitocentos e quinze mil setecentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos) em procedência do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 23901. Programa de Trabalho: 10126820225570100. Natureza da Despesa: 339039. Fonte de Recurso: 100000000. Nota de Empenho: 2020NE02875. Valor inicial: R\$ 1.521.507,50 (um milhão e quinhentos e



Nada obstante concordar com a área instrutiva quando afirma que “a citada contratação tem como objetivo alterar a forma de prestação dos serviços aos usuários, dispensando a presença física dos usuários nas farmácias [de alto custo da SES/DF]”, envolvendo, assim, dentre outras atividades, a “entrega em domicílio”, entendo que a contratação de pessoal (mão-de-obra) para também promover a **separação** dos medicamentos levanta dúvidas sobre a regularidade da aludida terceirização, uma vez que, como bem apontado pela própria 3ª Diasp/TCDF, o ajuste “envolve [(ou deveria envolver)] serviços que não eram prestados anteriormente”.

Nesse sentido, peço licença para discordar do posicionamento do corpo instrutivo de que “a atividade objeto do contrato, em uma análise superficial, é restrita (similar a um delivery) e **de maneira alguma substitui as competências técnicas do pessoal especializado das Farmácias de Alto Custo**” (grifos acrescidos).

Diante do cenário de que a contratação em tela deveria envolver apenas serviços até então não prestados pela Pasta de Saúde (ou que deixaram de ser prestados em razão da pandemia do COVID-19, “a despeito de os serviços essenciais terem sido mantidos”), tenho por necessário o aprofundamento da questão representada; motivo pelo qual considero suficientemente atendido o requisito de admissibilidade elencado no inciso III do § 2º do art. 230 do RI/TCDF.

Assevero que a dispensa de licitação realizada com fulcro no art. 4º da Lei n.º 13.979/2020 para a contratação de serviços deve-se destinar exclusivamente “ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei”.

Em razão disso, destaco que a situação foi caracterizada de forma circunstanciada, a peça foi redigida em linguagem clara e objetiva, a matéria representada se enquadra nas competências do Tribunal, a jurisdição mencionada na representação está sujeita à jurisdição desta Corte e a exordial apontou a ocorrência de possíveis irregularidades na referida dispensa de licitação.

Quanto ao **pedido de prolação de medida cautelar** – no sentido de suspender “qualquer pagamento alusivo à referida contratação, até que a Corte examine o mérito da dispensa”, cabe trazer à baila alguns esclarecimentos acerca da questão.

Com o intuito de conferir o exercício jurisdicional requerido pela representante, lembro que esta Corte de Contas pode adotar medida cautelar, “em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, (...) de ofício ou mediante provocação, (...) com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências necessárias à preservação da legalidade e do patrimônio público, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 1/94” (grifei), com fulcro no art. 277, “caput”, do RI/TCDF.

Assevero, também, que o art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 preconiza que “os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas” (destaquei).

No entanto, vale lembrar que, para adoção de ação acautelatória, mostra-se necessária a observação, simultânea, dos seguintes requisitos: o **fumus boni iuris** (plausibilidade jurídica do pleito) e o **periculum in mora** (perigo da demora).

Por outro lado, o RI/TCDF prevê, em seu art. 230, § 7º, que, “conhecida a representação, o relator ou o Tribunal poderá dar conhecimento do assunto à jurisdicionada ou interessado com vistas à apresentação de esclarecimentos, desde que esta iniciativa não prejudique a apuração”.

Por fim, o Regimento Interno desta Casa estabelece, em seu art. 277, § 3º, que, “se o Plenário, o Presidente ou o relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até cinco dias úteis” (grifei).

Feita essa breve contextualização, em sede de cognição sumária, entendo inexistir plausibilidade jurídica para motivar a concessão da medida cautelar requerida na representação, pelos motivos expostos a seguir.

Primeiro, porque a suspensão cautelar de pagamentos de contratos vigentes deve ser suficientemente fundamentada de modo a justificar a adoção de medida tão severa e danosa à empresa contratada, o que, a meu ver, não se mostra presente na Representação n.º 12/2020-CF. A aludida exordial não trouxe indício de sobrepreço algum na contratação em comento nem, sequer, apresentou qualquer análise/cotejamento dos valores ajustados com a empresa BRB Serviços S/A..

Segundo, porque a execução das atividades contratadas pela BRB Serviços S/A. (notadamente, suporte e operação de serviços de transporte multimodal de itens e fornecimento de mão-de-obra) encontra respaldo no Estatuto Social da aludida empresa, conforme apontado pela 3ª Diasp/TCDF, ainda que a firma seja especializada em “cobrança extrajudicial, contact center e tecnologia da informação e comunicação” (o que, em juízo perfunctório, não inviabiliza a execução contratual).

Terceiro, porque os exemplos trazidos na exordial de “iniciativas⁸ governamentais na busca de serviços gratuitos ou de menor custo” não se aplicam ao caso em comento, por não terem

⁸ Parceria firmada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro com as operadoras de telefonia móvel para a prestação de serviços de central telefônica para atendimento sobre a Covid-19 e remessa de SMS, de forma gratuita, bem como o desenvolvimento de aplicativo pela Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 250 mil, para pagamento do “coronavoucher”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

qualquer relação com a entrega em domicílio de fármacos/medicamentos disponibilizados pelas Farmácias de Alto Custo da SES/DF.

Quarto (e último), porque a regularidade da execução contratual e, principalmente, dos valores pactuados e efetivamente dispendidos no âmbito do Contrato n.º 063/2020-SES/DF poderá ser, em momento oportuno, objeto de análise por esta Corte de Contas, a depender do Plano de Ação a ser aprovado pelo Plenário desta Casa (em elaboração pela Secretaria-Geral de Controle Externo – Segecex/TCDF), que definirá a estratégia de controle dos gastos relacionados ao combate à pandemia do coronavírus, levando-se em consideração “critérios de relevância, materialidade e risco”.

Nesse sentido, considero que a argumentação jurídica trazida pela representante **não** se mostra capaz de fundamentar a prolação de medida cautelar de modo a suspender qualquer pagamento à empresa BRB Serviços S/A. no bojo do Contrato n.º 063/2020-SES/DF.

Quanto ao perigo da demora, entendo que o requisito em tela também não se mostra presente.

O Contrato n.º 063/2020-SES/DF foi celebrado em 02.04.2020, com prazo de vigência de até 180 dias (findando, a princípio, em 28.09.2020). Há, portanto, tempo suficiente para que o Tribunal adote, se for o caso, as medidas que porventura entenda necessárias no tocante à regularidade dos preços pactuados e efetivamente pagos em razão do aludido ajuste.

Por fim, considero que a concessão de medida liminar suspendendo qualquer pagamento à empresa BRB Serviços S/A. poderá culminar, indiretamente, na suspensão da execução⁹ contratual; situação que, sob o meu ponto de vista, reforça a necessidade de denegar a medida cautelar requerida na exordial.

Eventual concessão de medida cautelar poderá, portanto, originar o perigo de dano inverso; ou seja, quando o dano resultante da concessão da liminar é superior ao que se deseja evitar, causando prejuízo irreparável à parte contrária (no caso em tela, toda população beneficiária das Farmácias de Alto Custo).

Nesse sentido, o Novo Código de Processo Civil – NCPC (regido pela Lei n.º 13.105/2015) estabelece, em seu art. 273, § 2º, que “não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado”.

Assim, tenho que a medida cautelar requerida deve ser denegada também em razão da presença de perigo de dano reverso.

Reforço que posicionamento similar foi adotado por esta Casa quando da prolação, por unanimidade, das Decisões n.ºs 3.363/2018¹⁰ (e-DOC AC74CB45-e) e 1.836/2019¹¹ (e-DOC

⁹ Vale lembrar que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF tem, em algumas situações recentes, considerado que o TCDF não tem competência para, cautelarmente, sustar contratos administrativos (ainda que o encaminhamento adotado pela Corte de Contas seja no sentido de determinar à jurisdicionada que adote as providências para tanto).

¹⁰ “I – tomar conhecimento: a) da representação formulada pela empresa Stericycle Gestão Ambiental Ltda. com pedido de cautelar, versando sobre possíveis irregularidades na Dispensa de Licitação n.º 17/2018, deflagrada pelo Serviço de Limpeza

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHOProc.: 00600-
00000439/2020-16e

B05211DE-e), no bojo dos Processos n.ºs 21.168/2018-e¹² e 11.981/2019-e¹³, respectivamente.

Diante de todo o exposto, cabe **denegar a liminar requerida na Representação n.º 12/2020-CF, ante a ausência de plausibilidade jurídica e de perigo da demora, bem como da presença de perigo de dano reverso.**

A fim de auxiliar o exame de mérito da exordial a ser realizado na próxima assentada, deve-se fixar prazo de 5 (cinco) dias para que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF se manifeste sobre os fatos representados, com fundamento nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, bem como disponibilize acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43 (que trata da aludida dispensa de licitação).

Da mesma forma e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, cabe fixar prazo de 5 (cinco) dias para que a empresa contratada (BRB Serviços S/A.), caso queira, apresente suas considerações acerca da exordial.

Urbana do Distrito Federal – SLU/DF, que culminou na contratação, em caráter emergencial, da empresa Belfort Gerenciamento de Resíduos Ltda. para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), conforme classificação da RCD ANVISA n.º 222/2018, de forma regular, provenientes de todos os estabelecimentos da rede de saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF (e-DOC AD46ADDE-c), com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993 e tendo em conta o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF; b) da Informação n.º 137/2018 – 1ª DIACOMP/SEACOMP (e-DOC 0AA92832-e); II – **denegar o pedido de medida cautelar requerido na exordial, ante a ausência da plausibilidade jurídica e a presença de perigo de dano reverso**; III – determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU, com fulcro no disposto no art. 230, § 9º, c/c o art. 248, inciso V, do RI/TCDF, que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos fatos representados; IV – nos termos do § 7º do art. 230 do RI/TCDF e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, conceder à empresa Belfort Gerenciamento de Resíduos Ltda. o prazo de 10 (dez) dias para apresentar suas considerações sobre a exordial; V – dar ciência desta decisão à representante, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF Push (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail); VI – autorizar: a) o envio de cópia da Representação (e-DOC AD46ADDE-c), do relatório/voto do Relator e desta decisão ao SLU/DF e à empresa Belfort Gerenciamento de Resíduos Ltda., para auxílio no cumprimento das diligências constantes dos itens III e IV, respectivamente; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF, para análise de mérito da exordial em cotejamento com os esclarecimentos que vierem a ser encaminhados, com a urgência que o caso requer.” (grifos acrescidos)

¹¹ “I – tomar conhecimento: a) do Ofício SEI-GDF n.º 1897/2019-SEFP/GAB (e-DOC 56571E9E-c) e seus anexos (e-DOC E14ADF9A-c); b) da Nota Técnica SEI-GDF n.º 161/2019-SEFP/SAG/SCG/AGEAD (e-DOC 47F5097F-e); c) da cópia do Processo SEI n.º 0040-00012401/2019-81 (eDOC F0E8C87B-c); d) da Informação n.º 25/2019-Digem1 (e-DOC 9B830D6C-e); II – considerar cumprida a diligência constante do item II do Despacho Singular n.º 294/2019- GCIM, referendado pela Decisão n.º 1.800/2019; III – **denegar os pedidos de medida cautelar requeridos nas representações** formuladas pela Srª. Fernanda Gonçalves Machado e pelas empresas CJU Brasil Eireli ME, Vanerven – Soluções em Tecnologia e Teleatendimento Eireli e Datamétrica Teleatendimento S.A. (e-DOCs F17FF10A-c, 6F632161-c, DDFB26D0-c e 60643322-c, respectivamente), em face da Dispensa de Licitação n.º 01/2019 conduzida pela Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/1993, para a seleção de empresa prestadora de serviços continuados e sazonais, visando a implantação e o fornecimento de solução global de Call Center, para atender os canais dos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal – Central 156, **ante a ausência de plausibilidade jurídica e a presença de perigo de dano reverso**; IV – dar ciência desta decisão aos interessados (representantes e Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF); V – autorizar: a) a realização de inspeção, caso se fizer necessária, na SEFP/DF e onde mais se fizer pertinente, para o completo exame dos fatos representados; b) o exame, em autos apartados, da regularidade da execução do contrato que vier a ser firmado em razão da Dispensa de Licitação n.º 01/2019-SEFP/DF, com amparo nos arts. 8º e 9º da Resolução TCDF n.º 289/2016; c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem/TCDF, para exame de mérito das representações e demais providências cabíveis.” (grifei)

¹² Representação formulada pela empresa Stericycle Gestão Ambiental Ltda., com pedido de cautelar, versando sobre possíveis irregularidades na Dispensa de Licitação n.º 17/2018, deflagrada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF.

¹³ Representações, com pedidos de medida cautelar, formuladas por pessoa física (Srª. Fernanda Gonçalves Machado) e pelas empresas CJU Brasil Eireli ME e Vanerven – Soluções em Tecnologia e Teleatendimento Eireli, em face de contratação emergencial para prestação de serviços continuados e sazonais, visando a implantação e o fornecimento de solução global de Call Center, conduzida pela Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

Vale esclarecer aos interessados que os prazos processuais, o atendimento presencial ao público externo e a protocolização física de documentos junto ao Tribunal de Contas do DF permanecem inalterados para os processos urgentes (que é o caso destes autos), conforme disposto nos incisos¹⁴ IX e X do art. 1º da Portaria TCDF n.º 102/2020, publicada no DODF de 1º.04.2020.

Cabe, ainda, dar ciência deste despacho singular à signatária da Representação n.º 12/2020-CF.

Por fim, cabe autorizar o envio de cópia da Representação n.º 12/2020-CF e deste Despacho Singular à SES/DF e à empresa BRB Serviços S/A, a fim de auxiliar suas manifestações, e o retorno dos autos à Seasp/TCDF, em caráter urgente e prioritário.

*Assim, amparado no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 277 do RI/TCDF, de forma divergente à instrução, **DECIDO**, cautelarmente, por:*

I. tomar conhecimento:

- a) da Representação n.º 12/2020-CF, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCDF – MPJTCDF, de lavra da i. Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, versando sobre dispensa de licitação para contratação de serviços de central telefônica, contemplando agendamento e entrega de medicamento em domicílio aos usuários cadastrados nos núcleos do Componente Especializado (Farmácias de Alto Custo) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF (e-DOC 84575837-e), ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF e com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993;*
- b) da Informação n.º 22/2020 – DIASP3 (e-DOC C89DBF9C-e);*
- c) do extrato do Contrato n.º 063/2020-SES/DF, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e a empresa BRB Serviços S/A., publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF de 13.04.2020;*

II. denegar o pedido de medida cautelar requerido na exordial, ante a ausência de plausibilidade jurídica e de perigo da demora, bem como da presença de perigo de dano reverso;

III. com fundamento nos arts. 230, § 9º, e 248, inciso V, do RI/TCDF, fixar prazo de 5 (cinco) dias para que:

- a) a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF manifeste-se sobre os fatos representados e*

¹⁴ “IX – suspender os prazos processuais relativos a processos físicos e eletrônicos, em tramitação no Tribunal, **excetuados os processos urgentes**;

X – suspender o atendimento presencial ao público externo e a protocolização física de documentos, **excetuando-se os casos relacionados a processos urgentes;**” (grifos nossos)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

disponibilize acesso integral ao Processo SEI n.º 00060-00109204/2020-43;

- b) a empresa BRB Serviços S/A., caso queira, apresente suas considerações acerca da exordial, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa;*
- IV. esclarecer à SES/DF e à empresa BRB Serviços S/A. que os prazos processuais, o atendimento presencial ao público externo e a protocolização física de documentos junto ao Tribunal de Contas do DF permanecem inalterados para os processos urgentes, conforme disposto nos incisos IX e X do art. 1º da Portaria TCDF n.º 102/2020, publicada no DODF de 1º.04.2020;*
- V. dar ciência deste despacho singular à signatária da Representação n.º 12/2020-CF;*
- VI. autorizar:*
 - a) o envio de cópia da Representação n.º 12/2020-CF e deste Despacho Singular à SES/DF e à empresa BRB Serviços S/A., a fim de auxiliar suas manifestações;*
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública – Seasp/TCDF, para manifestação acerca do mérito da exordial, em caráter urgente e prioritário.*

” (grifos do original)

Por intermédio dos Ofícios n.ºs 2310/2020-GP, 2311/2020-GP e 2338/2020-GP (e-DOCs FC95F6FE-e¹⁵, 4B8837FA-e¹⁶ e EEF7D093-e, nesta ordem), o Tribunal deu ciência do teor do Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM à SES/DF, à empresa BRB Serviços S/A e à signatária da Representação n.º 12/2020-CF, respectivamente.

É o relatório.

¹⁵ O e-DOC FC95F6FE-e refere-se ao Ofício n.º 2310/2020-GP, e não ao seu recibo de expediente, uma vez que, até o momento da finalização deste Relatório/Voto, o aludido recibo ainda não havia sido juntado ao processo eletrônico.

¹⁶ O e-DOC 4B8837FA-e refere-se ao Ofício n.º 2311/2020-GP, e não ao seu recibo de expediente, uma vez que, até o momento da finalização deste Relatório/Voto, o aludido recibo ainda não havia sido juntado ao processo eletrônico.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 00600-
00000439/2020-16e

VOTO

Diante do exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário, com base no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, no art. 277, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF e no art. 7º, § 4º, da Resolução TCDF n.º 169/2004, ratifique o **Despacho Singular n.º 207/2020 – GCIM** (e-DOC 8B52B42D-e), de 16.04.2020.

Brasília (DF), 22 de abril de 2020

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator